

APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS

Uma língua comum e quinhentos anos de História são motivos mais que suficientes para que Portugal tenha relações comerciais, culturais e económicas preferenciais com Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique, os quais integram os denominados Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

Nenhum destes Países é parte da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado nem subscreveu qualquer uma das Convenções mais importantes deste organismo internacional, em especial a Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças.

Portugal, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique são Estados Partes da Convenção dos Direitos da Criança aprovada pelas Nações Unidas em 1989, cujo artigo 11.º prevê que os Estados Partes tomam as medidas adequadas para combater a deslocação e a retenção ilícitas de crianças no estrangeiro, promovendo a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos existentes.

Apesar dos movimentos transnacionais de pessoas entre Portugal e estes Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, não dispomos de nenhum instrumento comum que acautele as obrigações emergentes do artigo 11.º da Convenção dos Direitos da Criança.

Prosseguindo os resultados de iniciativas anteriores, esta Conferência Luso-Africana sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças tem como principais objetivos contribuir para a discussão deste tema e lançar as sementes necessárias para alterar esta situação, objetivo a que aderiram as entidades organizadoras: o Ponto Contacto Nacional da Rede Internacional de Juizes da Conferência da Haia, a Rede Judiciária da CPLP, o Instituto de Direito da Língua Portuguesa, a Direção Geral de Política de Justiça e o Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados.

Esta conferência encontra-se aberta a todos os profissionais de justiça das famílias e das crianças que tenham interesse em participar e partilhar estes objetivos.



OS TRABALHOS DA CONFERÊNCIA SERÃO PUBLICADOS NA REVISTA



CONFERÊNCIA LUSO-AFRICANA

SOBRE OS ASPECTOS CÍVIS DO RAPTO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

26 DE OUTUBRO DE 2015
9h30m - 17h30m

Auditório 1 do Novo Edifício Sede da Polícia Judiciária (Lisboa)
Participação gratuita mas sujeita a inscrição prévia

Design: Jéssica Sousa e Nair Silva

ORGANIZAÇÃO



Inscrição obrigatória na plataforma eletrónica
[HTTP://GOO.GL/FORMS/7CV2ZLHWR5](http://goo.gl/forms/7CV2ZLHWR5)

PROGRAMA

🕒 **9h30m - 10h00m**

✓ **RECEÇÃO E CREDENCIAÇÃO DOS PARTICIPANTES**

🕒 **10h00m - 10h15m**

✓ **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Presidente da Mesa - DR. ARMANDO LEANDRO (Juiz Conselheiro Jubilado e Presidente da Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco)

Moderadora: **DRA. CLÁUDIA ROSENBUSCH** (Jornalista - TVI)

🕒 **10h15m-10h35m**

. O papel da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado na proteção dos direitos das crianças

PROF. DR. JOÃO ZENHA MARTINS (Professor na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa)

🕒 **10h35m-10h55m**

. Cooperação internacional no combate à deslocação ou retenção ilícita de crianças - o artigo 11.º da Convenção dos Direitos da Criança

DR. PAULO GUERRA (Juiz Desembargador e Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários)

🕒 **10h55m-11h15m**

. A Convenção da Haia de 1980 sobre os Aspectos Cíveis do Rapto Internacional de Crianças - Linhas Gerais

DRA. HELENA BOLIEIRO (Juíza de Direito)

🕒 **11h15m-11h30m**

✓ **COFFEE BREAK**

🕒 **11h30m-11h50m**

. Desafios e dificuldades na aplicação da Convenção da Haia de 1980 nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

DR. VIRGÍLIO SAÚL SERRA DE CARVALHO (Professor na Universidade de São Tomás de Moçambique)

🕒 **11h50m-12h10m**

. Convivência familiar e princípio da afetividade no superior interesse da criança

DRA. SANDRA INÊS FEITOR (Investigadora e Doutoranda na FDUNL)

🕒 **12h10m-12h40m**

✓ **DEBATE**

🕒 **12h40m-14h15m**

✓ **INTERVALO PARA ALMOÇO**

🕒 **14h15m-14h30m**

✓ **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Presidente da Mesa - **PROF. DR. PEDRO BARBAS-HOMEM** (Diretor do Centro de Estudos Judiciários)

Moderadora: **DRA. RITA MARRAFA DE CARVALHO** (Jornalista - RTP)

🕒 **14h45m-15h05m**

. O papel da Autoridade Central na Convenção da Haia de 1980

DR. JOÃO DE OLIVEIRA CÓIAS (Psicólogo - DGRSP/Autoridade Central)

🕒 **15h05m-15h25m**

. A Rede Internacional de Juizes e as comunicações judiciais diretas

DR. ANTÓNIO JOSÉ FIALHO (Juiz de Direito e Membro da Rede Internacional de Juizes da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.)

🕒 **15h25m-15h45m**

. A aprovação das Convenções da Haia como fator dinâmico na cooperação judiciária

DRA. MAYELA CELIS (Assessora Principal do Secretariado Permanente da Conferência da Haia)

🕒 **15h45m-16h05m**

. A cooperação judiciária em matéria penal no rapto internacional de crianças

DR. LUÍS NEVES (Diretor da Unidade Nacional Contra Terrorismo - Polícia Judiciária)

🕒 **16h05m-16h30m**

✓ **DEBATE**

🕒 **16h30m-16h40m**

APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES

🕒 **16h40m-17h30m**

✓ **SESSÃO DE ENCERRAMENTO**

. **Dr. HENRIQUES GASPAR** (Presidente do Supremo Tribunal de Justiça)

. **Dra. JOANA MARQUES VIDAL** (Procuradora-Geral da República)

. **Prof. Dr. JORGE BACELAR GOUVEIA** (Professor na Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa e Presidente do Instituto de Direito da Língua Portuguesa)

. **Dr. ANTÓNIO JAIME MARTINS** (Advogado e Presidente do Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados)

. Secretário Geral da Rede Judiciária da CPLP

🕒 **17h30m**

✓ **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**